

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.393.735 - TO (2018/0292338-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
ADVOGADOS : GLAUCO GUMERATO RAMOS E OUTRO(S) - SP159123
WANESSA PORTUGAL - SP279794
AGRAVADO : R M HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO : JOÃO BOSCO PERES - GO013451

EMENTA

ROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PRÓ-SAÚDE – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR (PRÓ-SAÚDE) contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, que negou seguimento ao seu apelo nobre manejado com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, por considerá-lo intempestivo. (e-STJ, fls. 642).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Conheço do agravo e passo à apreciação do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se que o recurso especial foi interposto intempestivamente, razão pela qual não pode ser conhecido.

Na decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi fundamentado que:

Conforme se infere dos autos, a recorrente foi considerada intimada do acórdão recorrido em 09/11/2017. Iniciado seu prazo recursal em 10/11/2017, esgotar-se-ia em 01/12/2017, porém o Apelo Especial somente foi protocolizado em 04/12/2017, portanto, extemporaneamente. (e-STJ fls. 642)

Ou seja, foi fundamentado que a ora agravante foi considerada intimada do acórdão recorrido aos 9/11/2017 (quinta-feira) e que o prazo recursal teve início aos 10/11/2017 (sexta-feira), deve ser considerado intempestivo o recurso especial protocolizado somente aos 4/12/2017 (segunda-feira).

Esses fundamentos não foram impugnados no agravo, tendo o agravante apenas alegado que o Tribunal de origem não considerou na contagem do prazo recursal que houve feriado no dia 15/11/2017 (quinta-feira) (e-STJ fls. 646).

Nos termos do art. 1.003, § 5º, combinado com o art. 219 do NCPC, o prazo do recurso especial é de 15 (quinze) dias úteis. Considerando o feriado nacional do dia 15/11/2017 (quarta-feira), e que o prazo recursal iniciou no dia 10/11/2017 (sexta-feira), verifica-se que o último dia para interpor o recurso especial foi 1º/12/2017 (sexta-feira).

Assim, constata-se que o recurso especial é intempestivo, pois foi protocolizado no dia 04/12/2017.

Cabe asseverar que o Código de Processo Civil de 2015, no § 6º do art. 1.003, consolidou a robusta jurisprudência desta Corte no sentido de que a comprovação de feriados locais deve ser feita no momento da interposição do recurso, sob pena de preclusão.

A propósito, a Corte Especial do STJ já se pronunciou sobre o tema após a vigência do novo diploma processual:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE
INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.**

1. O propósito recursal é dizer, à luz do CPC/15, sobre a possibilidade de a parte comprovar, em agravo interno, a ocorrência de feriado local, que ensejou a prorrogação do prazo processual para a interposição do agravo em recurso especial.

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/15, diferentemente do CPC/73, é expresso no sentido de que "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso".

3. Conquanto se reconheça que o novo Código prioriza a decisão de mérito, autorizando, inclusive, o STF e o STJ a desconsiderarem vício formal, o § 3º do seu art. 1.029 impõe, para tanto, que se trate de "recurso tempestivo".

4. A intempestividade é tida pelo Código atual como vício grave e, portanto, insanável. Daí porque não se aplica à espécie o disposto no parágrafo único do art. 932 do CPC/15, reservado às hipóteses de vícios sanáveis.

5. Seja em função de previsão expressa do atual Código de

Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 957.821/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 19/12/2017)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de PRÓ-SAÚDE, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator